

ATA N.º 6/2013

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal
de Vila Real de Santo António, realizada no dia
5 DE MARÇO DE 2012.

Aos cinco dias do mês de março de 2013, em Vila Real de Santo António, na Sala de Atos da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da mesma Câmara, **José Carlos Costa Barros**, por ausência do Sr. Presidente, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram pelas 09.05 horas, os Srs. Vereadores **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **Silvia Duro Lopes Gomes Madeira** e **Jovita de Fátima Romano Ladeira**, a fim de se realizar a reunião a que se refere o artigo 62º. da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da maioria dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Vice Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- APROVAÇÃO DA ACTA ANTERIOR;
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA 2013 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;
- ALIENAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS QUE OS MUNICÍPIOS DETÊM NA GLOBALGARVE (LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO);
- ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013 - PARECER GENÉRICO NOS TERMOS DA PORTARIA 16/2013, DE 17 DE JANEIRO;
- CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SEGUROS;
- APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O MOTO CLUBE DO GUADIANA;

- DENÚNCIA DE PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A ASSOCIAÇÃO ALGARVE FILM COMISSION;
- PEDIDO DE INFORMAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA 5 DE OUTUBRO, NºS 33 E 35 E RUA JACINTO JOSÉ DE ANDRADE Nº 16, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- ATRIBUIÇÃO DE NUMERAÇÃO POLICIAL NAS FREGUESIAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, DE MONTE GORDO E DE VILA NOVA DE CACELA;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTAS: - Verificaram-se as ausências do Sr. Presidente, Luís Filipe Soromenho Gomes, por se encontrar em serviço do Município, e do Sr. Vereador Francisco José Cristo da Palma, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as respectivas faltas.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 879.288,58 € (oitocentos e setenta e nove mil duzentos e oitenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Pelo Sr. Vice-Presidente foi proposto a inclusão das seguintes Propostas:

CEDÊNCIA DA EXPLORAÇÃO DAS ÁREAS COMERCIAIS DO PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO DE MONTE GORDO – TRIÊNIO 2012/2015 – ACORDO DE RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE CEDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DAS ÁREAS COMERCIAIS DO PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO DE MONTE GORDO;

HASTA PÚBLICA PARA A ATRIBUIÇÃO DE TODAS AS ÁREAS COMERCIAIS DO PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO DE MONTE GORDO – TRIÊNIO 2013-2016;

MEDIDA DE APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL – ALARGAMENTO EXCECIONAL DO APOIO;

APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O MUNICÍPIO DE COROATÁ NO BRASIL.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a inclusão das Propostas.

Pela Sra. Vereadora Jovita Ladeira e subscrito pelo Sr. Vice-Presidente, José Carlos Barros, e pelos Srs. Vereadores Maria da Conceição Cabrita, João Rodrigues e Silvia Madeira, foi lavrado o seguinte protesto:

Apresentação de um Voto de Protesto junto da EP – Estradas de Portugal, SA e da Secretaria de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, tendo em conta as constatações que se seguem:

O Turismo, enquanto atividade económica, contribui para a correção das assimetrias e para a criação de emprego, assumindo-se como um dos principais fatores de desenvolvimento regional no contexto nacional. Portugal é, assumidamente, e em termos estratégicos, um exemplo de desenvolvimento sustentável alavancado na qualificação e competitividade da oferta turística, o que potencia o setor como motor do desenvolvimento económico e social a nível nacional e também regional.

O Algarve é a principal região turística do nosso país, tendencialmente apresentando uma performance global em crescendo dos indicadores nos últimos anos, e graças às suas receitas turísticas é a região que mais contribui para os valores positivos verificados pela balança comercial.

A A22, conhecida como a Via do Infante, por atravessar longitudinalmente a região, fazendo a ligação entre Lagos e Castro Marim, é o mais importante eixo de comunicação e transporte de mercadorias e pessoas da região.

Numa conjuntura económica europeia e mundial bastante adversa, a introdução a partir de 9 de dezembro de 2011, da cobrança de portagens nesta via, constituiu uma importante condicionante à atividade económica em geral da região, e à atividade turística em particular, acrescentando custos à componente do preço dos bens e serviços e que, ao forçar a deslocação do trânsito para a N125, consequentemente aumentou exponencialmente, não só os custos operacionais das empresas, como criou condições para se verificarem importantes consequências sociais na população e visitantes.

Pelas referidas razões, o Município de Vila Real de Santo António vem lamentar a falta de celeridade, com que o prometido processo de requalificação da N125 se tem vindo a caracterizar, desnecessariamente prolongando no tempo, uma situação que significa uma clara e reconhecida perda de competitividade do Algarve enquanto destino turístico, e da qualidade de vida da população.

O Município de Vila Real de Santo António reclama da EP – Estradas de Portugal, SA., para além dos esforços prioritários na correção desta situação na sua globalidade, a particular atenção, por se tratar de um problema que se verifica há vários anos e que se tem vindo a agravar para além dos limites do aceitável, para a intervenção no sentido de requalificar o troço pertencente à subconcessão Algarve Litoral, e que se localiza entre o km 147,4 (onde se localiza a rotunda que faz o acesso entre a N125 e a R. Dr. José Colaço Fernandes, em Vila Nova de Cacela) e o km 152,9 (onde se localiza a rotunda que faz o acesso entre a N125 e as Casas da Audiência). Este troço apresenta gravíssimas deficiências e uma deterioração avançada no pavimento, impedindo a circulação de veículos em segurança.

Igualmente, o Município de Vila Real de Santo António solicita que a EP – Estradas de Portugal, SA., apresente um relatório com o ponto de situação da empreitada da requalificação da N125 em geral, e deste troço em particular, assim como a calendarização prevista para a intervenção nas diferentes zonas que compõem a empreitada.

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias das atas aos membros deste órgão, a Câmara deliberou:

Por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Silvia Madeira, por não ter estado presente, aprovar a Ata nº. 7, da reunião ordinária realizada em 3 de abril de 2012;

Por unanimidade, aprovar a Ata nº. 10, da reunião ordinária realizada em 2 de maio de 2012;

Por unanimidade, aprovar a Ata nº. 3, da reunião ordinária realizada em 5 de fevereiro de 2013;

Por unanimidade, aprovar a Ata nº. 4, da reunião ordinária realizada em 19 de fevereiro de 2013;

Por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, por não ter estado presente, aprovar a Ata nº. 5, da reunião extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2012;

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA 2013 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, para a celebração de contrato para a prestação de Serviços Técnicos na área de Sistemas de Informação Geográfica 2013, pelo período de um ano, com a prestadora de serviços Rosemeire Nzing Fernandes Luís, e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no cumprimento do n.º 1 do artigo 6.º da Lei de n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que obriga que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local, documento que constitui parte integrante da presente ata.

ALIENAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS QUE OS MUNICÍPIOS DETÊM NA GLOBALGARVE (LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO).

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a alienação da participação social que o Município de Vila Real de Santo António detém na Globalgarve e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, documento que constitui parte integrante da presente ata.

ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013 - PARECER GENÉRICO NOS TERMOS DA PORTARIA 16/2013, DE 17 DE JANEIRO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, documento que constitui parte integrante da presente ata, no sentido de:

- 1- Conceder parecer genérico favorável à celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avenças e contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica, designadamente jurídica, arquitectónica, informática ou de engenharia, desde que não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00€ (cinco mil euros), com exclusão do IVA, a contratar com a mesma contraparte e o trabalho a executar se enquadre nas ações de formação que não ultrapassem 132 horas ou prestações de serviço cuja execução se conclua no prazo de 20 dias, a contar da data da adjudicação;
- 2 Conceder parecer genérico favorável aos serviços de celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços de manutenção ou assistência a máquinas, equipamentos ou instalações pelo prazo de um ano, sempre que não ultrapasse os 5.000,00€ (cinco mil euros), com exclusão do IVA, anuais.
- 3 Que a emissão do parecer genérico favorável dê cumprimento à Portaria n.º 16/2013, de 17 de Janeiro e Lei 66-B/2012, de 31 de Janeiro, que procedeu à aprovação do orçamento de Estado para 2013;
- 4 Que seja remetida a este órgão executivo, até ao final do mês seguinte àquele em que foram adjudicados os contratos, informação constante dos processos relativa aos contratos celebrados ao abrigo do presente parecer genérico, nomeadamente:

- a) Descrição do contrato e seu objecto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso à modalidade de relação jurídica de emprego público constituída ou a constituir e a inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desenvolvimento das funções subjacentes à contratação em causa;
- b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental;
- c) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato;
- d) Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, de qualquer pessoa com quem viva em economia comum;
- e) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 27º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, juntando elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objecto ou contraparte.

A Sra. Vereadora Jovita Ladeira solicitou que fosse anexa à Proposta, quer nesta, quer em futuras propostas de igual teor, uma informação jurídica indicando que a mesma cumpre os procedimentos legais em matéria de contratação pública.

CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SEGUROS.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a formação do consórcio de entidade adjudicante, constituído pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e VRSA Sociedade de Gestão Urbana, E.M., S.A, que o representante do consórcio seja a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, aprovar as peças do procedimento (em anexo), e que se proceda à abertura do procedimento por concurso público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16º, e do n.º 1 do artigo 36º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, para “Aquisição de Seguros”, aprovar a constituição do Júri do Procedimento previsto no n.º 1 do artigo 67º do Decreto-Lei supramencionado e que todas as ações inerentes à gestão do procedimento na plataforma electrónica da contratação pública, SAPHETY, sejam efetuadas pelo Gestor do Processo, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O MOTO CLUBE DO GUADIANA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovada a minuta de contrato a celebrar entre o Município de Vila Real de Santo António e o Moto Clube do Guadiana, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

DENÚNCIA DE PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A ASSOCIAÇÃO ALGARVE FILM COMISSION.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vice-Presidente, José Carlos Barros, no sentido de ser autorizada a denúncia imediata do protocolo celebrado entre o Município de Vila Real de Santo António e a associação Algarve Film Comission, de acordo com o exposto na cláusula 7.ª ponto 4, cessando assim todas as obrigações do Município decorrentes do mesmo, em especial as que representem compromissos financeiros, documentos que constituem parte integrante da respectiva ata.

PEDIDO INFORMAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA 5 DE OUTUBRO, NºS 33 E 35 E RUA JACINTO JOSÉ DE ANDRADE Nº 16, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido da Câmara Municipal não exercer o direito legal de preferência na transação do imóvel, inscrito na matriz predial sob o artigo 2115, sito na Rua 5 de Outubro, nºs. 33 e 35 e Rua Jacinto José d'Andrade, n.º 16, em Vila Real de Santo António, documento que constitui parte integrante da presente ata.

ATRIBUIÇÃO DE NUMERAÇÃO POLICIAL NAS FREGUESIAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, DE MONTE GORDO E DE VILA NOVA DE CACELA;

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vice-Presidente, José Carlos Barros, no sentido de ser atribuída a numeração policial nas freguesias de Vila Real de Santo António, Monte Gordo e de Vila Nova de Cacela, documentos que constituem parte integrante da respectiva ata.

CEDÊNCIA DA EXPLORAÇÃO DAS ÁREAS COMERCIAIS DO PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO DE MONTE GORDO – TRIÉNIO 2012/2015 – ACORDO DE RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE CEDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DAS ÁREAS COMERCIAIS DO PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO DE MONTE GORDO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser autorizada a celebração do acordo de resolução do contrato de cedência de exploração das áreas comerciais do Parque Municipal de Campismo de Monte Gordo, para que o contrato em vigor deixe de produzir efeitos a partir de 31 de maio do corrente ano e aceitar a doação à Câmara Municipal dos equipamentos e utensílios constantes do inventário em anexo, propriedade do Sr. Antero Deodato de Oliveira Alves, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

HASTA PÚBLICA PARA A ATRIBUIÇÃO DE TODAS AS ÁREAS COMERCIAIS DO PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO DE MONTE GORDO – TRIÉNIO 2013-2016.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser autorizada a hasta pública para a cedência da exploração de todas as Áreas Comerciais do Parque Municipal de Campismo de Monte Gordo, aprovar as Condições Gerais e Condições Especiais do procedimento em causa e a composição da Comissão de Arrematação, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

MEDIDA APOIO AO ARRENDAMENTO HABITACIONAL – ALARGAMENTO EXCECIONAL DO APOIO;

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Silvia Madeira, no sentido de ser autorizado o alargamento excecional do apoio durante doze meses, com uma comparticipação máxima de 30 % do valor da renda, documento que constitui parte integrante da presente ata.

APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E O MUNICÍPIO DE COROATÁ NO BRASIL.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovada a minuta de contrato a celebrar entre o Município de Vila Real de Santo António e o Município de Coroaatá, no Brasil, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

- Pela Sra. Vereadora Jovita Ladeira foi formulada a seguinte Declaração de Voto:

“Voto favoravelmente partindo do princípio que o Executivo salvaguardou que este Protocolo não acarretará custos para o Município e que é benéfico em termos de desenvolvimento económico e social para o Concelho. As viagens para outros continentes são muito onerosas, pelo que considero positivo este Protocolo se se registar a vinda de empresários ligados ao setor turístico brasileiro ao nosso Concelho, como forma de se desenvolver acordos e de se conseguir vantagens económicas para os nossos empresários”.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Não se registaram intervenções.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Vice Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 10.10 horas.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu _____, Chefe de Divisão de Atividades Económicas, a redigi, subscrevo e assino.
